

A favela deve ser removida: uma análise do pensamento remocionista no Rio de Janeiro no século XX.

Marcus Paulo Silva dos Reis*

Resumo

O presente trabalho propõe uma discussão acerca do pensamento remocionista no século XX. Desde a sua gênese, no final do século XIX, a favela é vista como o território da criminalidade, seja sob a aura da malandragem, na primeira metade do século passado, ou sob a atual questão do tráfico de drogas. Nesse sentido, o pensamento remocionista surgiu sob o lema da higienização social e foi posto em prática no Brasil sobretudo em períodos ditatoriais. Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, foi o pioneiro com a idealização e criação dos Parques Proletários, já durante o período ditatorial pós-64, as remoções foram recorrentes na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, denotando assim a influência do mercado imobiliário no processo em questão. O objetivo principal da comunicação é fazer uma análise da política remocionista em toda a sua amplitude.

Abstract

This present paper proposes a discussing about the *favelas* removals through out the XX century. Since its beginning, at the end of XIX century, *favelas* have an image of criminality environment, as like the *malandragem* (typical character of Rio de Janeiro, usually young men that used to practice little and harmless robberies and tricks), at the first half of the XX century, or as nowadays by the drugs dealers. In this way, the removal appears as like a social hygienic practice, mainly during the dictatorial periods. Getúlio Vargas, during the so called *Estado Novo*, was the first in idealizing and creating a kind of proletarian parks. During the military dictatorial period after 1964, the removals were usual at the Rio de Janeiro's south area, showing the state market in question. This paper pretends a large analyzes of this removal policy.

Afinal o que é uma favela?

Para abordarmos a política remocionista exercida sobre as favelas cariocas, consideramos prudente refletirmos sobre a gênese da favela, como se originou essa forma peculiar de habitação do solo urbano, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Outra questão fundamental para o presente trabalho é deixar claro qual o conceito de favela que será utilizado, pois como sabemos, este é um conceito fluido e está em permanente discussão.

As posições de autores, instituições e agências internacionais não são concordantes, o que acaba por dificultar os estudos do tema. O que é favela para o IBGE pode não ser

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) e bolsista CAPES.

considerado favela pelo Instituto Pereira Passos e também pela ONU. Essa discordância acarreta em estatísticas distorcidas que dificultam a realização de políticas públicas.

Segundo a ONU no relatório UN-HABITAT. *The challenge of slums; global reports on human settlements 2003*, a definição de favela é o território caracterizado pela alta densidade demográfica, habitações pobres e informais, com acesso inadequado à água potável e finalmente pela insegurança da posse da moradia. De acordo com esses parâmetros estritamente materiais, na cidade do Rio de Janeiro existiriam poucas favelas, pois na maioria dos casos as favelas cariocas são territórios com acesso a água potável, muitos têm até mesmo o título de propriedade. Assim, podemos ver como as estatísticas não revelam números verdadeiros, gerando distorções.

A metodologia que adotamos para a classificação de uma localidade como favela está relacionada com a forma irregular de habitação do solo. Quando escrevo irregular, não estou me referindo à questão jurídica, mas sim à questão da forma da construção, onde parâmetros de segurança e bem estar não são seguidos. É muito comum nos depararmos com casas nas favelas que possuem janelas direcionadas para paredes de vizinhos a uma distância de um palmo, impossibilitando qualquer circulação de ar naquela residência. Contudo, o mais agravante, é que fatos como esses não ocasionam propriamente conflitos, na favela isto é normal, laje é uma das mercadorias mais negociadas na favela. Acredito que para denominar um lugar de favela, a questão da habitação desordenada deve estar combinada também com um importante fator social, a carência em relação aos serviços públicos, tais como limpeza urbana e principalmente segurança.

Outro fator importante na definição de favela é o significado social do termo, de acordo com CAMPOS (2005), a favela é a transmutação do espaço quilombola, segundo este autor, a favela representa hoje o que o quilombo representou outrora, ou seja, o lugar da sedição, da pobreza e, sobretudo do perigo. Juntamente aos fatores abordados nos parágrafos acima, a favela e seus habitantes também carregam o estigma¹ de desordem e criminalidade, assim como os quilombos e os cortiços.

Conhecer para então remover.

Do início até meados do século passado, a favela viveu o seu período de descobrimento, ou seja, do seu reconhecimento por pessoas interessadas seja em seus

moradores ou na sua forma peculiar de ocupação do solo. Os profissionais interessados por esse tipo de habitação eram engenheiros, médicos, arquitetos, administradores públicos, assistentes sociais, jornalistas e cronistas. O interesse dos médicos por habitações insalubres não era novo, já que a questão das epidemias era diretamente ligada a esse tipo de habitação, sendo a seus moradores geralmente atribuída a culpa pelos males da cidade.

No século XIX os alvos do discurso médico-higienista eram os cortiços, as habitações populares conhecidas por *cabeça de porco* e no século XX a favela ocupa perfeitamente esse lugar². Nesse sentido podemos notar como a habitação popular gerou desconforto nas classes dirigentes, seja pela sua insalubridade que disseminava pela cidade as epidemias ou pela violência, como se esses males fossem exclusivos e surgissem nos cortiços e nas favelas.

A classe que inicialmente mais contribuiu para a construção de um conhecimento sobre a favela foi a dos *homens de letras*, ou seja, os cronistas e jornalistas. Lima Barreto e Olavo Bilac foram os principais expoentes da classe (ZALUAR, e ALVITO, 1998:11.). Esses dentre outros foram os responsáveis pela criação de um vasto imaginário popular acerca das favelas, uma vez que subiam as favelas e relatavam tal experiência em suas crônicas e artigos. Esses relatos contribuíram para a grande estigmatização em torno da favela, como veremos no relato abaixo do jornalista Luiz Edmundo:

*“Em Santo Antonio, oiteiro pobre, apesar da situação em que se encrava na cidade, as moradas são em grande maioria, feitas de improviso, de sobras de farrapos, andrajosas e tristes como seus moradores. [...] Por elas vivem mendigos, os autênticos, quando não se vão instalar pelas hospedarias da rua da Misericórdia, capoeiras, malandros, vagabundo de toda sorte, mulheres sem arrimo de parentes, velhos dos que já não podem trabalhar, crianças, enjeitados em meio a gente válida, porém, o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus [...]”*³ (EDMUNDO 1938)

Pode-se notar então como a favela era abordada pelos jornalistas, era vista como o lugar da carência, pobreza e ócio, mas até então esta não era descrita propriamente como um problema a ser erradicado. O interesse dos jornalistas e cronistas era meramente a

² Para saber mais sobre a questão da política higienista e sua relação com os cortiços ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiço e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras. 199-.

descrição desse território, a transformação desse território em problema público de fato ocorre somente em um momento posterior.

A gênese do pensamento remocionista

Como dito anteriormente, pensamos a favela como a *herdeira* direta dos quilombos e cortiços, nesse sentido, a idéia de remover esses *espaços nocivos* ocorre após a criação do primeiro quilombo, contudo nossa análise irá se ater ao pensamento remocionista que marcou o século XX.

A topografia da cidade do Rio de Janeiro é marcada pela grande quantidade de morros e encostas, esses espaços, devido a dificuldade de acesso, foram transformados em locais de moradia de pobres. Quanto ao surgimento da primeira favela, existem três versões, entretanto, todas estão situadas no espaço de tempo entre 1870 e 1894⁴. A primeira iniciativa de destruição do espaço de moradia do pobre foi sem dúvida a reforma urbana de Pereira Passos, ainda na primeira década do século XX. Por meio desta reforma, os cortiços foram destruídos e aos pobres restou construir moradias em regiões não valorizadas, no caso morros e encostas. Em seguida, podemos considerar o desmonte do Morro do Castelo realizado em 1922 pelo então prefeito Carlos Sampaio cabe ressaltar que este mesmo morro já tinha sido parcialmente desmontado durante a reforma de Pereira Passos. Podemos inferir então, que o local de moradia do pobre antes mesmo de se consolidar como favela já era alvo de remoções.

A favela tem o seu reconhecimento oficial apenas em 1937 com o *Código de obras* (VALLADARES, 2000; 18). Por meio desse plano de habitação urbana fica proibida a criação de novas favelas. O que chama mais atenção no texto do *Código de obras* é o reconhecimento da favela, pela primeira vez essa forma de habitação é parte integrante de uma política pública. Em 1937 têm-se então a inauguração do pensamento oficial que identifica a necessidade da remoção das favelas.

Pode-se considerar o urbanista francês Alfred Agache como um dos mentores da idéia de remoção, porém Agache apresenta uma releitura das idéias de Mattos Pimenta, um personagem influente no meio empresarial carioca. As idéias de Mattos Pimenta foram altamente difundidas na segunda metade da década de vinte, ou seja, quase dez anos antes

⁴ Para saber mais sobre essas três versões, ver CAMPOS, Andreilino, *Do Quilombo à Favela - A Produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005

do lançamento do *Código de obras*. O pensamento de Mattos Pimenta acerca das favelas e posteriormente de Alfred Agache pode ser sintetizado na seguinte expressão difundida à época: “lepra da esthetica” (ZALUAR, e ALVITO, 1998:15), ou seja, a favela é vista como uma parte doente da cidade que necessita ser erradicada ou no mínimo tratada, mas que não pode ser ignorada. O olhar sobre a favela agora está sob a égide da intervenção do poder público, o território e seus habitantes são transformados então em objetos de intervenção (ZALUAR, e ALVITO, 1998:19)

No ano de 1940, durante o governo de Henrique Dodsworth, o Dr. Vitor Tavares Moura diretor do Albergue da Boa Vontade formula um plano de estudo visando a solução do problema da favela. Segundo Dr. Moura ainda não existem estudos suficientes acerca da favela que proporcionem uma atuação competente do Estado. A sugestão de realização do relatório é aceita pelo governador e em 1941 esse estudo é finalizado. O relatório da equipe do Dr. Moura sugere várias medidas visando a solução para o problema da habitação no Rio de Janeiro. As medidas que mais chamam a atenção são as de caráter preventivo, onde a entrada de indivíduos de baixa condição social no Rio de Janeiro deveria ser impedida. Indivíduos nessa condição social que já estivessem na cidade deveriam ser mandados de volta para seus estados de origem.

Durante o governo de Henrique Dodsworth, ocorre na cidade uma remoção que foi emblemática, a remoção da favela do Largo da Memória, parte da favela da Praia do Pinto. Esta remoção seria uma antecipação da remoção completa desta favela em 1969. A remoção da Favela do Largo da Memória foi finalizada com um incêndio realizado pelo governo, abaixo podemos ver como tal remoção foi noticiada:

Desapareceu ontem a famosa “favela” do largo da Memória, entre os bairros da Gávea e Leblon. A extinção daquele disforme montão de casebres de latas e tábuas foi efetuada de modo inédito na crônica da nossa capital, foi efetuada a fogo....

A primeira chama foi ateadada pelo prefeito Dodsworth,....O sugestivo acontecimento, que veio demonstrar o carinho com que são tratadas atualmente as classes pobres, foi filmado pela repartição governamental competente. (Jornal Diário da Noite 25/05/1942)

O Estado novo e a favela.

A primeira experiência relevante de cunho remocionista foi a idealização e construção dos parques proletários. Após a percepção da favela como algo a ser eliminado, como contido no *Código de Obras* de 1937, começam a ser adotadas políticas públicas

visando a contenção e erradicação das favelas⁵. Entre 1941 e 1943 foram construídos três parques proletários: um na Gávea, um no Leblon e outro no Caju. O principal mentor do projeto foi o já citado anteriormente Dr. Vitor Tavares de Moura. A Experiência de Dr. Moura advinha da remoção de 160.000 pessoas que moravam em 45.000 mocambos em Recife (PARISSE,1968:59). Não havia por parte do Doutor um conhecimento sólido sobre as tão específicas favelas do Rio de Janeiro, sua experiência se resumia aos pobres do Recife.

O balanço dessa experiência foi o seguinte: 250.000 favelados transferidos para os parques proletários e quatro favelas destruídas. Frente à esse balanço insatisfatório, Dr. Moura continua defendendo a iniciativa dos parques proletários, entretanto afirma que o tempo para erradicar as favelas é de cerca de quinze anos e que essas possuem “sete fôlegos”, o que demanda de um grande esforço para erradicá-las(PARISSE,1968:77).

Em um momento posterior mais uma vez os moradores seriam expulsos de suas moradias nos parques devido à valorização imobiliária sobretudo dos bairros Leblon e Gávea. Esses favelados expulsos viriam habitar as favelas do subúrbio da cidade que se encontravam em plena expansão, principalmente devido à ausência de especulação imobiliária nessas áreas.

No ano de 1945 são criadas as primeiras Comissões de Moradores, nas favelas Pavão/ Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia(ZALUAR, e ALVITO,1998:25). Todas criadas com o intuito de barrar a ida de seus moradores para os Parques Proletários, contrariando a idéia de melhoria de condições de vida em uma nova moradia. Nesse sentido fica mais uma vez reforçada a idéia do surgimento do associativismo comunitário como uma reação direta ao remocionismo. A experiência dos Parques Proletários forjou então a necessidade de união dos moradores de favelas, gerando assim um resultado inesperado para o Estado e fazendo com que esse repense a sua atuação junto aos favelados.

O “período Lacerda” 1960-1965.

Ainda na década de quarenta, Carlos Lacerda já era protagonista no debate sobre as remoções. “A Batalha do Rio”. O então jornalista Carlos Lacerda publicou uma série de artigos no jornal Correio da Manhã no ano de 1948. Por meio desses artigos publicados de 19 a 22 de maio, Lacerda traz à mídia o debate político sobre as remoções das

⁵ Cabe ressaltar que a percepção da necessidade de remoção sempre partiu do Estado para as favelas, raramente houve diálogo com os moradores.

favelas. Segundo ele, as favelas constituem o principal problema da capital federal, devendo ser erradicadas em caráter de urgência, ou seja, a adoção de métodos autoritários para a solução do problema passa a ser tida como legítima.

Lacerda declarava que a “Batalha do Rio” era um projeto apolítico, porém no dia 21 de maio daquele ano o título do novo artigo era “O Partido Comunista e a Batalha do Rio de Janeiro”. Evidenciando o caráter político contido naquela série de artigos. Esse projeto de erradicação pela remoção seria posto em prática em um momento posterior, mas não em todos os moldes propostos pela “Batalha”⁶.

O Estado do Rio de Janeiro no início da década de sessenta era governado por um antigo interessado na questão das favelas; Carlos Lacerda ainda como jornalista já manifestava a sua posição à favor da remoção como dito anteriormente. Como governador não foi diferente, em 1962 é criada na esfera estadual a COHAB-GB que nasceu com o intuito de urbanização das favelas, mas logo se desviou para a erradicação destas se tornando o braço direito da política de remoção lacerdista. Até hoje, Carlos Lacerda é lembrado como o realizador das grandes remoções no Rio de Janeiro, durante seu governo foram removidas cerca de 27 favelas, somando um número aproximado de 42.000 pessoas removidas. Cabe ressaltar que o período em que Carlos Lacerda esteve à frente do governo da Guanabara, o país não vivia um regime de exceção, o que tornava a remoção um projeto mais demorado uma vez que não dispunha de todo um aparato repressivo. Contudo, a política remocionista não foi uma prática exclusiva do governo de Lacerda, no período posterior ao seu governo foram removidas aproximadamente 33 favelas e 64.000 habitantes, segundo os dados da COHAB-GB.

A ditadura militar e a favela.

Com o golpe civil-militar de 1964, a COHAB se integra ao Banco Nacional de Habitação (BNH). A política federal de erradicação das favelas por meio do convênio BNH-COHAB atua fortemente entre os anos de 1968 e 1972.

Na esfera estadual, com a eleição de Negrão de Lima em 1966 o Estado fica então sob o domínio de um governo de oposição ao remocionismo. Durante a campanha, Negrão de Lima se mostrou um forte crítico da política de erradicação das favelas no modelo

⁶ Para saber mais sobre “A Batalha do Rio de Janeiro” ver: PARISSE, Luciano. *Favelas do Rio de Janeiro: evolução, sentido*. Rio de Janeiro: Cadernos do CENPHA no.5, 1969

imposto por Lacerda (SANTOS, 1981:49). Com sua vitória nas últimas eleições com voto popular e direto, o governo de Negrão de Lima é obrigado a limitar muito suas propostas, pois uma oposição ferrenha ao governo federal não era aconselhável a ninguém justamente no ano período de maior endurecimento do regime ditatorial brasileiro.

Mesmo dentro desse ambiente nada profícuo para oposições, Negrão de Lima consegue por em prática uma pequena parte de suas promessas de campanha. A atuação da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) durante seu governo demonstra que a urbanização é possível, sobretudo quando calcada na capacidade do morador. Como candidato das massas, Negrão de Lima dá uma espécie de satisfação ao seu eleitorado com a atuação da CODESCO, mas tudo sempre dentro das limitações impostas pelo governo federal. A CODESCO está mais ligada à honra e ao compromisso político do governador do que a uma opção de fato comprometida com a urbanização.

Durante o período de real atuação da CODESCO, o dito “mito da marginalidade” foi mais uma vez posto à prova, dessa vez quem ratifica a idéia de integração do favelado à sociedade defendida por Janice Perlman (1977) é Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981). Esse autor trabalhou como arquiteto junto à CODESCO e identificou na escolha das plantas das casas pelos moradores a preferência por modelos de casas semelhantes aos da classe média. O que demonstra a integração cultural. Além da integração cultural o autor ressalta a preocupação dos moradores com a construção de algum espaço para uso comercial, denotando assim a completa integração econômica com a sociedade e a presença de um espírito capitalista entre os favelados (SANTOS, 1981:73).

A CODESCO teve uma atuação curta, criada em 1968 teve três anos de intenso trabalho, os quatro anos restantes expressam uma espécie de sobrevivência da instituição. Em seu pouco tempo de atuação essa iniciativa demonstrou o quão proveitosa é a participação do morador no processo de urbanização. Mesmo demandando de muito mais trabalho e tempo o resultado à longo prazo é brilhante, salvo a dificuldade na obtenção do título de propriedade. Basta levarmos em conta o bairro de Brás de Pina, hoje poucas pessoas recordam que o bairro já foi uma favela, com exceção das que vivenciaram os fatos. O território da favela urbanizado foi de 60 a 70 por cento sendo o projeto realizado por completo.

Além de Brás de Pina outras três favelas forma alvo da CODESCO: Mata Machado, Morro União e Guararapes. Citei apenas o exemplo de Brás de Pina devido à notoriedade do caso na época e também pelo simbolismo contido nesse processo. Dois anos antes o Estado tentou a remoção forçada da favela e em um momento posterior, denotando toda a reviravolta política que foi a eleição de Negrão de Lima, o Estado se torna o principal aliado dos moradores na urbanização⁷.

O fim da atuação da CODESCO deve ser explicado tendo em vista os fatores externos ao órgão. Deve-se levar em conta que a iniciativa da urbanização era um compromisso eleitoral, como dito anteriormente e não uma proposta integrante da política nacional. Os financiamentos destinados aos projetos da CODESCO provinham do Banco Nacional de Habitação (BNH). Ao ver que a urbanização era viável, o BNH passa a dificultar o acesso da CODESCO aos créditos, estando essa fadada ao fracasso.

O governo federal em 1968 criou a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). Esse órgão teria como objetivo a padronização das políticas de habitação do Rio e da Guanabara. A CHISAM era defensora daquele antigo modelo de percepção da favela como câncer da cidade, logo era partidária da sua remoção. A CHISAM é criada exclusivamente para o papel de interventora federal na política estadual da Guanabara. Torna-se fácil assim compreender o porque do malogro da CODESCO. Ao se mostrar viável, a urbanização passa ser quase que embargada pelo governo federal, principalmente pela atuação paralela da CHISAM e CODESCO, órgãos com ideologias contrárias agindo sobre o mesmo objeto. Nesse sentido o mais fraco “perdeu” devido a fatores externos (SANTOS, 1981:80)

O resultados da CODESCO foram altamente positivos, principalmente devido à atmosfera nada favorável a seus projetos. A favela de Brás de Pina foi urbanizada, Morro União foi pela metade, um projeto foi feito para Mata Machado e uns tantos outros estudos preliminares para outras favelas.

O saldo da política remocionista posta em prática no Rio de Janeiro no âmbito da CHISAM entre os anos de 1968 e 1975 foi o seguinte: foram removidas e destruídas aproximadamente 60 favelas, somando um total de 100.000 pessoas que foram realocadas

⁷ Para saber sobre a atuação da CODESCO ver: *Os movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

em áreas construídas para esse fim específico ou outras favelas. Juntamente com esses resultados já esperados cabe ressaltar o efeito colateral das remoções das favelas da Zona Sul. As favelas não removidas sofreram um aumento significativo de habitantes, pois esses favelados removidos não conseguiram se manter longe dos seus locais de trabalho. Dessa maneira retornando a favelas também da Zona Sul tais como Rocinha e Vidigal. Outro motivo para esse retorno a favela foi a impossibilidade de arcar com as novas despesas, tais como conta de água, de luz e sobretudo o financiamento do novo imóvel (VALLADARES, 2000; 14). A política remocionista gerou um duplo benefício para as construtoras. Regiões valorizadas ficavam “livres” das favelas e ao mesmo tempo, os removidos precisavam ser alocados em conjuntos habitacionais construídos com crédito do BNH, e posteriormente pago pelo morador em prestações. Não é preciso muito para deduzir que as grandes construtoras possuíam uma grande margem de lucro na construção desses conjuntos.

Outro efeito inesperado das remoções foi o surgimento de novas favelas no entorno dos novos conjuntos habitacionais. Muitos removidos venderam seus imóveis ainda em fase de financiamento e construíram uma nova moradia próxima ao conjunto habitacional. Como exemplo desse processo podemos citar o surgimento de uma série de favelas próximas ao conjunto habitacional de Cordovil tais como Divinéia e Porto Velho. Nesse sentido podemos notar que a tentativa de erradicação das favelas foi posta em xeque pelos próprios moradores que desenvolveram métodos de se livrarem dos pesados financiamentos do BNH.

Conclusão:

O presente trabalho teve como objetivo abordar a política remocionista em toda a sua amplitude. Esta política inegavelmente fracassou, as favelas estão por toda parte e em um número cada vez maior. A favela apresenta-se cada vez mais como um problema não somente do Rio de Janeiro, mas de todo o mundo. Dessa maneira podemos inferir que a favela é um fenômeno do mundo capitalista, esta é um aglomerado de mão-de-obra de reserva e com pouca qualificação que atende a demanda dos grandes centros urbanos. No caso da cidade do Rio de Janeiro podemos notar a ausência de qualquer política pública voltada para a questão habitacional. A CEHAB, herdeira da antiga COHAB, não consegue suprir a necessidade da população pobre, ficando reservada para esta apenas favelas em

regiões longínquas ou até mesmo a rua. A favela então deve ser percebida como um problema estrutural da sociedade capitalista e não como um problema pontual que pode ser resolvido com remoções.

Bibliografia

CAMPOS, Andreino, *Do Quilombo à Favela - A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiço e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras. 199-.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo. 2006

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. (3.vols.) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1938.

PERLMAN, Janice F. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 2.ed.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Os movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. A vida política na favela. *Cadernos brasileiros*, ano 9, n. 41 mai/jun., 1967.

_____. A continuidade do problema da favela. In: Oliveira, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, FGV, 2002. p.220-237.

VALLA, Victor. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cad. Saúde Pública* vol.1 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 1985.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. “Que favelas são essas?”. *Insight Inteligência*, n. 8 ago./set./out. 1999 pp.63-68..

_____. “A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, outubro, 2000. pp. 5-33.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV. 1998.